

pública e serviços de telecomunicações. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam activamente matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando oito relatórios de pareceres.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a AL continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 26 residentes sido atendidos presencialmente por deputados. Para além disso, houve ainda cidadãos e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, quatro petições, que foram alvo do devido seguimento, por parte da AL, consoante os termos concretos de cada caso.

Posição Firme do CCAC no Combate à Corrupção e Atitude Exigente da Auditoria



Em 2016, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a adoptar como princípios da sua actuação "o primado da lei" e a "igualdade perante a lei", constituindo a sua missão prioritária a investigação e resolução de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude nos sectores público e privado. O facto de ter sido detectado um caso com grande impacto, o qual envolveu um ex-titular de um cargo de direcção de um órgão de administração da justiça

e ter sido instaurado um inquérito relativo à questão do aproveitamento de terrenos, bem como divulgado o respectivo relatório de investigação, demonstra que o CCAC continua determinado no permanente combate à corrupção, na promoção da integridade, na salvaguarda dos interesses da RAEM, do prestígio da governação do Governo da RAEM e empenhado na construção de Macau como uma sociedade íntegra e justa. Simultaneamente, o CCAC continuou a desenvolver acções de sensibilização, alargando a sua rede de relações públicas, de forma a aumentar o nível de consciência da sociedade em relação à integridade e à justiça. O CCAC agiu activamente na intensificação do intercâmbio e da cooperação com as províncias e cidades do interior da China e com as regiões vizinhas, participando em conferências, reuniões e acções de formação realizadas por organizações regionais e internacionais. Foram continuamente aperfeiçoados os procedimentos de trabalho internos e a organização dos recursos humanos, no sentido de promover a coesão, o espírito de iniciativa do pessoal e de incrementar a eficiência do trabalho.

O CCAC recebeu, em 2016, um total de 910 queixas e denúncias, sendo que destas, 252 foram casos instaurados relacionados com matéria criminal e 658 estavam relacionados com matéria administrativa. Dos casos de natureza criminal, 182 viram a investigação concluída e encaminhada para o Ministério Público ou arquivada, e 280 dos casos de natureza administrativa, foram dados como concluídos e arquivados. Simultaneamente, o CCAC recebeu 1102 pedidos de consulta e de informação sobre variados assuntos, sendo que 453 abordavam matéria criminal e 649 matéria administrativa.

No que se refere às acções de sensibilização, o CCAC deu continuidade à divulgação dos valores de integridade junto da população em geral, estimulando os cidadãos a apresentarem denúncias e apoiarem de forma concertada a construção de uma sociedade íntegra. Em 2016, foram organizadas 401 palestras e colóquios, contando com a participação de 20.213 pessoas, dirigidas essencialmente aos trabalhadores da função pública, membros de associações, empregadores e trabalhadores de estabelecimentos comerciais, jovens e estudantes do ensino secundário e primário. Para além disso, foi lançado novo material didáctico para o ensino secundário sob o título "Pensar e Actuar", constituindo este material didáctico um auxiliar da disciplina de Educação Moral e Cívica do ensino secundário geral. As duas delegações na Areia Preta e na Taipa continuaram a servir o seu propósito. Em 2016, o número de queixas ou denúncias, e de pedidos de consulta e de informação, recebidos nas duas delegações, totalizou 752.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC organizou visitas ao Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, ao Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, à Procuradoria Popular da Província de Guangdong, aos Serviços de Supervisão da Cidade de Cantão, à Procuradoria Popular da Cidade de Cantão, aos Serviços de Supervisão da Cidade de Foshan e da Cidade de Zhuhai, às Procuradorias Populares da Cidade de Zhuhai, do distrito novo de Hengqin e do distrito de Jinwan ambos de Zhuhai; o CCAC enviou também pessoal ao Japão para participar na Reunião da Região Asiática do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI) e Fórum internacional, à cidade de Tianjin, para participar na 9.ª Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA), ao Reino do Butão, para participar na 21.ª Reunião do Grupo Orientador e 14.º Seminário Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, à cidade de Sanya na província de Hainan, para participar na 14.ª Conferência dos Procuradores-

Gerais dos Países Membros da Organização de Cooperação de Xangai e Conferência dos Procuradores-Gerais dos BRICS 2016, a Viena, para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, à Tailândia, para participar na 11.ª Conferência Mundial do IOI, a Singapura, para participar no 4.º Simpósio sobre Regulação de Casinos e Crimes Derivados organizado pela Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outras. Da mesma forma, o CCAC recebeu também as delegações da Procuradoria Popular Suprema, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau da Província de Hunan, do Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, das Procuradorias Populares da Cidade de Zhuhai e do seu distrito novo de Hengqin, do Tribunal Popular de Segunda Instância da Cidade de Zhuhai, dos Serviços de Supervisão da Cidade de Foshan, da Comissão do Parlamento Nacional de Timor-Leste, da Procuradoria de Moçambique, e da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outras. O CCAC e as referidas delegações aprofundaram os conhecimentos relativos a cada uma das entidades e desenvolveram o intercâmbio e a cooperação de forma pragmática. A par disso, o CCAC teve, respectivamente, encontros com os representantes de várias instituições e organizações locais, no sentido de ouvir opiniões de todos os sectores e aceitar a fiscalização da sociedade.

O CCAC continuará a pautar a sua actuação pela legalidade e pela mesma valorização da repressão e da prevenção da corrupção, empenhando esforços na investigação de todos os casos e combatendo com firmeza todos os tipos de crime de corrupção. O CCAC continuará também atento à necessidade de protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, serão investigadas eventuais ilegalidades ou irregularidades administrativas dos serviços e entidades públicas e emitidas sugestões para a sua correcção, contribuindo assim para defender a justiça e a integridade na nossa sociedade.



Em 2016, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou quatro relatórios de auditoria, incluindo três relatórios de auditoria de resultados ("Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião", "Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos" e "Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito da gestão das instalações municipais para fins de lazer") e o "Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015".

O relatório de auditoria de resultados, intitulado "Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião", foi elaborado com o objectivo de verificar os serviços adjudicados pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). As informações disponibilizadas revelaram que no período compreendido entre 1/1/2010 e 30/6/2013, os serviços públicos adjudicaram 1514 serviços de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião ou de natureza similar cujas despesas excederam o valor 1400 milhões de patacas. A presente auditoria seguindo critérios de selecção pré-definidos examinou 280 serviços adjudicados, considerados de maior risco, tendo-se verificado em 81 situações problemáticas. Os resultados da auditoria revelaram que os serviços públicos não possuem o conhecimento necessário dos principais diplomas legais que regulam as operações financeiras, nem dos diplomas orgânicos dos seus departamentos, razão pela qual não fazem a aplicação correcta dos referidos diplomas legais. Por isso, todos os trabalhadores da Administração Pública têm de conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares.

O relatório de auditoria de resultados "Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos", incide em apurar se a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) elaborou o planeamento global dos edifícios para instalação de serviços públicos no exercício da atribuição, de modo a garantir que o Governo da RAEM possa concretizar o objectivo de construção gradual de edifícios públicos definido nas linhas de acção governativa e resolver os problemas resultantes do arrendamento de instalações do domínio privado. Relativamente ao planeamento global dos edifícios para instalação de serviços públicos, a DSSOPT limitou-se a acompanhar os pedidos de construção de edifícios apresentados pelos serviços públicos. O CA considera que nas perspectivas de poupança de despesas e da administração pública, o facto do Governo arrendar imóveis a privados, em grande escala, para instalação de serviços públicos é uma prática que não condiz com a regra geral de custos e proveitos. Alguns serviços públicos que prestam atendimento ao público, há muito tempo, tiveram de arrendar fracções autónomas em edifícios comerciais mediante pagamento de rendas elevadíssimas, tornando-se assim difícil de controlar os custos das rendas que são pagas com dinheiros públicos, como também resulta dessa prática restrições no desenvolvimento a longo prazo.

No ano de 2015, as despesas realizadas pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) no âmbito das instalações municipais para fins de lazer totalizaram o valor de 98.672.749,75 patacas. O relatório de auditoria de resultados intitulado "Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito da gestão das instalações municipais para fins de lazer", foi levado a cabo com o objectivo de verificar se o IACM definiu as medidas adequadas no âmbito da gestão das instalações municipais, por forma a manter as instalações e equipamentos em bom funcionamento e em boas condições de higiene e proporcionar um ambiente agradável e seguro aos utentes. No entanto, verificou-se que um grande número de instalações e equipamentos examinados estavam danificados e alguns deles comportavam riscos

de segurança. O IACM tinha introduzido um mecanismo de inspecção e reparação periódica, mas os resultados da auditoria mostraram que o mecanismo foi concebido e executado de forma deficiente. O relatório assinalou, também, que os utentes devem ter cuidado na utilização dos bens públicos e na manutenção das condições de higiene, e manter, as instalações públicas em condições limpas e agradáveis.

Em Junho de 2016, a convite do Governo da RAEM, o Auditor-Geral do Gabinete da Auditoria Nacional (GAN) e o presidente do Conselho Directivo da Organização Internacional de Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI), Liu Jiayi, estiveram em Macau para proferir uma conferência intitulada "Aperfeiçoando a governação chinesa: Como exercer plenamente o papel da auditoria nacional". Durante o evento, Liu Jiayi fez ainda uma visita ao CA, durante a qual se encontrou com o Comissário da Auditoria de Macau, Ho Veng On, e foi apresentada a Liu Jiayi a actual situação da aplicação do Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau) que tem sido desenvolvido pelo CA com o apoio do GAN. O Auditor-Geral reuniu-se também com os trabalhadores do CA que participaram nas acções de formação do GAN. Liu Jiayi apelou aos trabalhadores do CA que mantenham uma atitude pró-activa na actualização dos seus conhecimentos e sejam determinantes e responsáveis no cumprimento dos princípios e execução das funções. Em Agosto, a convite do Comissário da Auditoria de Macau, Ho Veng On, a chefe do Departamento de Auditoria da Província de Guangdong, He Lijuan, fez uma visita a Macau e realizou um encontro com os trabalhadores do CA, tendo trocado opiniões relativas à gestão das instituições de auditoria pública, ao desenvolvimento da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação e à formação do pessoal.

A fim de aprofundar os conhecimentos técnicos do pessoal de auditoria, em 2016, o CA convidou especialistas provenientes de Portugal e de Hong Kong, para leccionarem vários cursos, incluindo os de Contratação Pública, de gestão de risco de auditoria, de controlo de qualidade, de risco de auditoria no sector das finanças públicas, de documentação e de normas internacionais de relatórios financeiros. No âmbito da formação foi, ainda, enviado o pessoal adequado para participar nos cursos organizados pelo GAN, em Pequim, com vista a que o pessoal de auditoria pudesse dominar os conhecimentos e as técnicas de auditoria internacionais e aumentar a eficácia dos trabalhos de auditoria.

Para manter a boa comunicação com as instituições congéneres e conhecer as mais recentes informações relativas à auditoria, o Comissário da Auditoria de Macau, Ho Veng On, à frente duma delegação do Comissariado, efectuou, em Março, uma visita ao Auditor-Geral do GAN, Liu Jiayi, em Pequim. Durante o encontro foram abordadas questões relacionadas com o reforço do apoio ao Governo da RAEM no âmbito do desenvolvimento da actividade de auditoria, nomeadamente, no que respeita ao estudo da optimização e actualização do Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau) e à formação técnica dos trabalhadores do CA. O Comissário da Auditoria de Macau participou ainda, respectivamente, na IX Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu na cidade de Luanda (Angola) em Setembro e no XXII Congresso da INTOSAI na capital dos Emirados Árabes Unidos, Abu Dhabi, em Dezembro. A convite da Sociedade de Auditoria da China, a delegação do CA chefiada pelo Director dos Serviços de Auditoria participou no "Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2016", realizado em Dezembro, na cidade

Zhengzhou, na província de Henan.

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” dirigidos a instruendos das Forças de Segurança e a trabalhadores recém-admitidos na Função Pública. O CA foi ainda convidado pelos serviços públicos para promover a aplicação adequada do erário público junto dos seus trabalhadores. Em 2016, o CA realizou um total de 29 sessões de esclarecimento, com cerca de mil participantes.

Tribunais com Maior Eficácia e Ministério Público Combate o Crime

Processos tratados pelos tribunais das três instâncias



Em 2016, o número de processos recebidos pelos tribunais das três instâncias foi o maior de sempre totalizando 25.001 processos, traduzindo não só um aumento de 3,3 por cento em relação a 2015, como ultrapassou, em dois anos consecutivos, o nível dos 20 mil. Dos quais, 94 deram entrada no Tribunal de Última Instância, 1001 no Tribunal de Segunda Instância, 23.359 no Tribunal Judicial de Base (incluindo os processos entrados no Juízo de Instrução Criminal) e 547 seguiram para o Tribunal Administrativo.

É de salientar que, os processos recebidos pelos tribunais das três instâncias são